



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A companhia Arcoverde Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2023.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.069	5.132
Títulos e valores mobiliários	5	6.072	-
Contas a receber de clientes	6	3.138	2.531
Tributos a recuperar	7	1.283	1.131
Adiantamentos diversos		19	11
Despesas antecipadas		112	107
Total do Ativo Circulante		16.693	8.912
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	6.361	5.535
Tributos a recuperar	7	1.745	1.745
Depósitos judiciais e cauções		111	111
Ativo fiscal diferido		-	5.784
Imobilizado	8	181.713	188.109
Intangíveis	9	2.164	2.164
Total do Ativo Não Circulante		192.094	203.448
Total do Ativo		208.787	212.360
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		338	399
Impostos corrente a pagar		217	178
Encargos setoriais		192	104
Empréstimos	12	1.380	6.489
Debêntures	13	3.053	5.496
Dividendos a pagar	14	8.587	1.439
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.1	337	282
Outros passivos circulantes		5	5
Total Passivo Circulante		14.109	14.392
Não Circulante			
Empréstimos	12	116.754	114.876
Debêntures	13	53.989	50.723
Obrigações pelas aquisições de direitos		14.521	14.970
Provisão contingente	16	124	335
Total Passivo Não Circulante		185.388	180.904
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	67.820	65.070
Reserva legal	17	4.753	3.227
Reserva de lucros	17	58.381	36.649
Prejuízos acumulados	17	(121.664)	(87.882)
Total Patrimônio Líquido		9.290	17.064
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		208.787	212.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	30.700	26.095
Custos dos bens construídos e serviços prestados	19	(9.110)	(10.045)
Resultado operacional bruto		21.590	16.050
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	20	(1.203)	(1.813)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		20.387	14.237
Despesas financeiras	21	(17.561)	(25.535)
Receitas financeiras	21	982	370
Resultado financeiro líquido		(16.579)	(25.165)
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.808	(10.926)
Contribuição social	15	(437)	(347)
Imposto de renda	15	(868)	(649)
Contribuição social diferida	15	(1.531)	-
Imposto de renda diferido	15	(4.253)	-
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(3.281)	(11.922)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(3.281)	(11.922)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(3.281)	(11.922)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	65.070	(73.813)	35.496	3.107	-	29.860
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(11.922)	(11.922)
Constituição de reservas	-	(1.273)	1.153	120	-	-
Dividendos propostos	-	(1.153)	-	-	-	(1.153)
Prejuízo do exercício	-	(11.922)	-	-	11.922	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	279	-	-	-	279
Saldo em 31 dezembro 2021	65.070	(87.882)	36.649	3.227	-	17.06
Subscrição de capital	2.750	-	-	-	-	2.750
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(3.281)	(3.281)
Constituição de reservas	-	(23.258)	21.732	1.526	-	-
Dividendos propostos	-	(7.243)	-	-	-	(7.243)
Prejuízo do exercício	-	(3.281)	-	-	3.281	-
Saldo em 31 dezembro 2022	67.820	(121.664)	58.381	4.753	-	9.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa
 Em dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	3.808	(10.927)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação / Amortização	5.960	6.400
Juros sobre empréstimos tomados	9.207	14.410
Juros sobre debêntures tomados	6.024	8.091
Encargos sobre empréstimos	127	131
Encargos sobre debêntures	283	60
Provisão (reversão) de contingências	(211)	335
Rendimento sobre aplicação financeira	(847)	(370)
Juros outros	-	(279)
	24.351	17.851
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(607)	(174)
Depósitos judiciais	-	(29)
Adiantamentos	(9)	-
Despesas antecipadas	(5)	-
Tributos a recuperar	(276)	(210)
Outros ativos	-	(118)
Fornecedores e outras contas a pagar	(156)	(155)
Impostos correntes a pagar	39	(1.602)
Encargos setoriais	88	-
Obrigações pelas aquisições de direitos	-	(297)
Outros passivos	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.126)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	22.297	15.265
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	2.750	-
Aquisição de imobilizado	(10)	(29)
Títulos e valores mobiliários	(6.051)	-
Aplicações financeiras e recursos financeiros	-	(1.662)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(3.311)	(1.691)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(1.855)	(1.335)
Juros pagos de empréstimos	(10.710)	(13.709)
Pagamento de debêntures	(2.645)	(3.872)
Juros pagos de debêntures	(2.839)	(1.181)
Dividendos pagos	-	(999)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(18.049)	(21.096)
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	937	(7.522)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.132	12.654
No final do exercício	6.069	5.132
Aumento/redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	937	(7.522)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Até 13 de março de 2020 a Companhia foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, sala 1.801.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 – 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 – 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

vii) órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.1. Declaração de Conformidade--Continuação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações contábeis societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leito, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.3. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Dado o não posicionalmente da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações contábeis, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual,

essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros --Continuação

perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

4. 3.3 Instrumentos financeiros--continuação

Classificação e Mensuração – CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--continuação

dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--continuação

designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos

para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.4 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.4 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contractual–continuação

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.6 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I – metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.7. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. “Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual”

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.14. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco (i)	4.697	1.470
Aplicação financeira (ii)	1.372	952
Escrow Santander (iii)	-	2.710
Total	<u>6.069</u>	<u>5.132</u>

- (i) No saldo apresentado, a quantia de R\$ 4,66 milhões são referentes a conta de complementação do índice de cobertura das dívidas que serão liberados após o atingimento dos covenants.
- (ii) Aplicações financeiras estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, estão remuneradas pela taxa de 100% do CDI (96,81% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras – conta Santander (i)	6.072	2.307
Aplicações financeiras – conta BNB (ii)	6.361	3.228
Total	12.433	5.535
Total circulante	6.072	-
Total não circulante	6.361	5.535

- (i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao futuro pagamento de juros e principal de debêntures, que são realizadas semestralmente, os próximos pagamentos estão programados para janeiro e julho de 2023. No montante de R\$ 6.072 para 2022 (R\$ 2.307 em 2021).
- (ii) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411. No montante de R\$ 6.361 para 2022 (R\$ 5.535 em 2021).

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias (a)	2.848	2.531
CDE (b)	290	-
Total	3.138	2.531

- (a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$246 mil em 05/01/2023, R\$386 mil em 15/01/2023, R\$1.839 em 25/01/2023 e R\$377 mil em 05/02/2023.
- (b) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

A Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

7. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	602	367
Imposto de renda retido na fonte	169	345
Contribuição social	169	169
Contribuição social retida	60	33
PIS retido	52	38
COFINS retido	208	156
INSS retido	23	23
ICMS (a)	1.745	1.745

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro em 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	3.028	2.876
Total circulante	1.283	1.131
Total não circulante	1.745	1.745

- (a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$1.745. . Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal. A administração projeta que esse valor vai ser compensado em futuras obras de reforço e manutenção de peças e sobressalentes a serem a realizadas nos próximos períodos.

8. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado em 2022 é como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão										
Edificações e benfeitorias - em serviço	3,58%	9.945	-	-	-	9.945	-	(1.220)	8.725	9.063
Máquinas e equipamentos - em serviço	3,45%	193.162	-	-	-	193.162	-	(21.596)	171.566	177.626
Móveis e utensílios - em serviço	6,25%	17	-	-	-	17	-	(4)	13	15
Terrenos - em serviço	0,00%	248	-	-	-	248	-	-	248	248
Administração										
Equipamentos de informática - em serviço	20,00%	26	10	-	-	36	10	(10)	26	22
Subtotal		203.398	10	-	-	203.408	10	(22.830)	180.578	186.974
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil										
	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão										
Material em depósito - sobressalentes	0,00%	1.071	-	-	-	1.071	-	-	1.071	1.071
Terrenos	0,00%	64	-	-	-	64	-	-	64	64
Subtotal		1.135	-	-	-	1.135	-	-	1.135	1.135
Total do Ativo Imobilizado		204.533	10	-	-	204.543	10	(22.830)	181.713	188.109

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor líquido do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Transmissão					
Edificações e benfeitorias - em serviço	3,58%	9.945	(1.220)	8.725	9.063
Máquinas e equipamentos - em serviço	3,45%	193.162	(21.596)	171.566	177.626
Móveis e utensílios - em serviço	6,25%	17	(4)	13	15
Terrenos - em serviço	0,00%	248	-	248	248
Subtotal		203.372	(22.820)	180.552	186.952
Administração					
Equipamentos de informática - em serviço	20,00%	36	(10)	26	22
Subtotal		36	(10)	26	22
Em curso					
Transmissão					
Material em depósito – sobressalentes	0,00%	1.071	-	1.071	1.071
Terrenos	0,00%	64	-	64	64
Subtotal		1.135	-	1.135	1.135
Total		204.543	(22.830)	181.713	188.109

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Total das adições	-	-	-	-	-	-	-

Adições do Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Total das adições	-	-	-	-	-	-	-

9. Intangível

A composição do intangível em 2022 é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço										
Transmissão										
Servidões	0,00%	2.159	-	5	-	2.164	5	-	2.164	2.159
Subtotal		2.159	-	5	-	2.164	5	-	2.164	2.159
Intangível em curso- R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Servidões	0,00%	5	-	(5)	-	-	(5)	-	-	5
Subtotal		5	-	(5)	-	-	(5)	-	-	5
Total do Ativo Intangível		2.164	-	-	-	2.164	-	-	2.164	2.164

O valor líquido do ativo intangível é como segue:

Transmissão	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022			31/12/2021
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Servidões	0,00%	2.164	-	2.164	2.159
Subtotal		2.164	-	2.164	2.159
Em curso					
Servidões	0,00%	-	-	-	5
Subtotal		-	-	-	5
Total		2.164	-	2.164	2.164

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
O&M	48	192
Materiais	8	204
Serviços de terceiros	57	2
Seguro	14	-
Sterlite (i)	95	-
Outros	116	1
Total	338	399

(i) Valor refere-se a dividendos a pagar para a antiga controlada que foi transferido da linha de dividendos a pagar para fornecedores/contas a pagar

11. Impostos correntes a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Retidos a recolher	19	13
PIS a recolher	20	15
COFINS a recolher	94	73
ICMS a recolher	-	32
ISS a recolher	75	38
INSS a recolher	9	7
Total	217	178

12. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	116.522	118.377	15/12/2038	Mensal	IPCA+1,72%
Juros	3.780	5.285			
Encargos de empréstimos	(2.168)	(2.297)			
Total	118.134	121.365			

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos--Continuação

A movimentação do empréstimo está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
Financiamento BNB (i)	121.365	9.207	127	(1.855)	(10.710)	118.134
Total	121.365	9.207	127	(1.855)	(10.710)	118.134
Total circulante	6.489					1.380
Total não circulante	114.876					116.754

- (i) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

Em Junho de 2019 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiador o Banco BTG Pactual S.A. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão pagos ao fim de cada período trimestral totalizando o montante de R\$1.347 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.347 em 31 de dezembro de 2021) correspondente a 1,40% incidentes sobre o valor nominal de cada Carta de Fiança emitida (110MM CMT24/19-C1 e 8.820MM CMT24/19-C2).

O financiamento têm seu vencimento assim programado:

	<u>31/12/2022</u>
2023	1.380
2024	1.893
2025	2.470
2026	3.060
2027 a 2038	111.499
	<u>120.302</u>

13. Debêntures

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (i)	56.723	56.184	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Juros	1.293	1.292			
Encargos de debêntures	(973)	(1.257)			
Total	57.043	56.219			

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
2ª Emissão de Debêntures (i)	56.219	6.024	283	(2.645)	(2.839)	57.042
Total	56.219	6.024	283	(2.645)	(2.839)	57.042
Total circulante	5.496					3.053
Total não circulante	50.723					53.989

As debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2022
2023	3.053
2024	3.053
2025	3.053
2026	2.846
2027 a 2038	46.011
Total	58.016

(i) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

14. Partes relacionadas

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2021	Dividendos propostos	Transferência de dividendos (i)	Saldo em 31/12/2022
V2I	1.344	7.243	-	8.587
Sterlite Brazil Participações S.A.	95	-	(95)	-
Total	1.439	7.243	(95)	8.587

(i) O Valor de dividendos a pagar para a Sterlite foi transferido para o grupo de contas a pagar, devido a V2i ter realizado a compra de 100% das ações e a Sterlite não ter mais participação na companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro presumido		
Receita anual permitida	29.435	26.685
Receita CDE	1.273	967
Receita CCT	1.599	1.373
Receita operacional	32.307	29.025
Base presunção IRPJ 8%	2.585	2.322
Base presunção CSLL 12%	3.877	3.483
Receitas financeiras	982	370
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	3.567	2.692
Despesa de IRPJ	(868)	(649)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	4.859	3.853
Despesa de CSLL	(437)	(347)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(1.305)	(996)
Revisão da alíquota efetiva (i)		
Saldo inicial dos impostos diferidos	5.784	-
Revisão da alíquota efetiva (i)	(5.784)	-
Total de despesas IRPJ/CSLL - atualizado	(7.089)	(996)

- (i) A Companhia revisa periodicamente as bases de suas obrigações legais, que incluem tributos diferidos, considerando sua interpretação da legislação vigente, incluindo suas alterações, evoluções de bases jurisprudencial, bem como suas interpretações às normas aplicáveis e oportunidades de planejamento fiscal disponíveis. Durante o exercício de 2022, a Companhia informou que não pretende retornar para o lucro Real, com isso foi feita a reversão do diferido sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social a pagar--Continuação

15.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

Saldo inicial dos impostos a pagar	(282)
Impostos calculados	(1.305)
Impostos compensados	124
Impostos pagos	1.126
Saldo final dos impostos a pagar	(337)

16 Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Constituições de Provisões	124	335
Total	124	335

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Arcoverde possui 3 processos de contingência passiva na área cível, distribuídos em 2018. São ações de constituição de servidão e a Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$124, baseado no parecer emitido pelos advogados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é representado somente por ações ordinárias:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	67.820.000	67.820	100%	65.070.000	65.070	100%
	67.820.000	67.820	100%	65.070.000	65.070	100%

Houve aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022 no valor de R\$2.750, com a consequente emissão 2.750.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data.

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício societário	30.501	2.426
Reserva legal 5%	1.526	120
Reserva legal anos anteriores	3.227	3.107
Reserva legal do ano	1.526	120
Total	4.753	3.227

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Patrimônio Líquido--Continuação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	30.501	2.426
(-) Reserva legal (5%)	(1.526)	(120)
Base para dividendos	28.975	2.305
Alíquota	25%	50%
Dividendos propostos	7.243	1.153

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	30.501	2.426
Reserva legal	(1.526)	(120)
Dividendos	(7.243)	(1.153)
Reserva de lucro anos anteriores	36.649	35.495
Constituição da reserva de lucro	21.723	1.154
Total	58.381	36.649

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(87.882)	(73.813)
Prejuízo do exercício regulatório	(3.283)	(11.643)
Constituição da reserva de lucros	(21.732)	(1.153)
Constituição da reserva legal	(1.526)	(120)
Dividendos	(7.243)	(1.153)
Saldo final	(121.666)	(87.882)

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	30.501	2.426
Lucro por ação	0,4497	0,0373

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita anual permitida	29.434	26.685
Receita CDE	1.273	966
Receita CCT	1.599	1.373
Encargos do consumidor	(428)	(417)
PIS sobre faturamento	(210)	(447)
COFINS sobre faturamento	(968)	(2.065)
Total	30.700	26.095

19 Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo com serviços tomados	(3.334)	(3.739)
Custo com depreciação e amortização	(5.952)	(6.211)
Demais custos	174	(95)
Total	(9.112)	(10.045)

20 Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros tomados	(761)	(1.029)
Depreciação e amortização	(8)	(4)
Outras despesas e receitas operacionais	(434)	(780)
Total	(1.203)	(1.813)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros e variações monetárias (i)	(15.302)	(22.500)
IOF, comissões e taxa	(2.224)	(2.490)
Multa e acréscimos moratórios	(7)	(509)
Outras despesas financeiras	(28)	(35)
Despesas financeiras	(17.561)	(25.534)
Receita com aplicação financeira	982	370
Outras receitas financeiras	-	-
Receita financeira	982	370
Resultado financeiro, líquido	(16.579)	(25.164)

(i) O valor de juros de empréstimo e debêntures no ano de 2022 foi R\$ 9.207 e R\$ 6.024 em 2021 (R\$ 14.410 e R\$ 8.091 em 2021) respectivamente, e o valor de outros juros em 2022 de R\$ 71 (R\$ 0 em 2021).

22 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada (Milhões R\$)	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70	06 de maio de 2022 até 06 de maio de 2023
Chubb Seguros Brasil S.A. (b)	Responsabilidade Civil	20	06 de maio de 2022 até 06 de maio 2023

(a) A Companhia possui a apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$ 70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 296.675.

A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 29.200.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	12.433	5.535
Caixa e equivalentes de caixa	2	6.069	5.132
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	3.138	2.531
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	118.134	121.365
Debêntures	2	57.042	56.219
Fornecedores	2	338	399

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo

ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

23.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,92887% em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Evento Subsequente

A Companhia não possui eventos subsequentes.

25. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial Societário e Regulatório
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2022 Regulatório	Ajuste	31/12/2022 Societário
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.069	-	6.069
Títulos e valores mobiliários	6.072	-	6.072
Contas a receber de clientes	3.138	-	3.138
Tributos a recuperar	1.283	-	1.283
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	27.131	27.131
Adiantamentos diversos	19	-	19
Despesas antecipadas	112	-	112
Total do Ativo Circulante	16.693	27.131	43.824
Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	6.361	-	6.361
Tributos a recuperar	1.745	-	1.745
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	273.952	273.952
Depósitos judiciais e cauções	111	-	111
Imobilizado (iii)	181.713	(181.687)	26
Intangíveis (iii)	2.164	(2.164)	-
Total do Ativo Não Circulante	192.094	90.101	282.195
Total do Ativo	208.787	117.232	326.019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	338	-	338
Impostos corrente a pagar	217	-	217
Encargos setoriais	192	-	192
Empréstimos	1.380	-	1.380

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures	3.053	-	3.053
Dividendos a pagar	8.587	-	8.587
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	337	-	337
Imposto de renda e Contribuição social diferidos (ii)	-	867	867
Outros passivos circulantes	5	-	5
Total Passivo Circulante	14.109	867	14.976
Não Circulante			
Empréstimos	116.754	-	116.754
Debêntures	53.989	-	53.989
Obrigações pelas aquisições de direitos (i)	14.521	(14.521)	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos (ii)	-	9.222	9.222
Provisão contingente	124	-	124
Total Passivo Não Circulante	185.388	(5.299)	180.089
Patrimônio Líquido			
Capital social	67.820	-	67.820
Reserva legal	4.753	-	4.753
Reserva de lucros	58.381	-	58.381
Prejuízos acumulados (iv)	(121.664)	121.664	-
Total Patrimônio Líquido	9.290	121.664	130.954
Total do Passivo	208.787	117.232	326.019

	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
Ativo	Regulatório		Societário
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.132	-	5.132
Contas a receber de clientes	2.531	-	2.531
Tributos a recuperar	1.131	-	1.131
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	30.277	30.277
Adiantamentos diversos	11	-	11
Despesas antecipadas	107	-	107
Total do Ativo Circulante	8.912	30.277	39.189
Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	5.535	-	5.535
Tributos a recuperar	1.745	-	1.745
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	262.271	262.271
Depósitos judiciais e cauções	111	-	111
Ativo fiscal diferido (ii)	5.784	(5.784)	-
Imobilizado (iii)	188.109	(188.083)	26
Intangíveis (iii)	2.164	(2.164)	-
Total do Ativo Não Circulante	203.448	66.240	269.688
Total do Ativo	212.360	96.517	308.877

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo Circulante

Fornecedores	399	-	399
Impostos corrente a pagar	178	-	178
Encargos setoriais	104	-	104
Empréstimos	6.489	-	6.489
Debêntures	5.496	-	5.496
Dividendos a pagar	1.439	-	1.439
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	282	-	282
Outros passivos circulantes	5	-	5
Total Passivo Circulante	14.392	-	14.392

Não Circulante

Empréstimos	114.876	-	114.876
Debêntures	50.723	-	50.723
Obrigações pelas aquisições de direitos	(i) 14.970	(14.970)	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(ii) -	23.605	23.605
Provisão contingente	335	-	335
Total Passivo Não Circulante	180.904	8.635	189.539

Patrimônio Líquido

Capital social	65.070	-	65.070
Reserva legal	3.227	-	3.227
Reserva de lucros	36.649	-	36.649
Prejuízos acumulados	(iv) (87.882)	87.882	-
Total Patrimônio Líquido	17.064	87.882	104.946
Total Passivo e Patrimônio Líquido	212.360	96.517	308.877

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2022	Ajuste	31/12/2022
		Regulatório		Societário
Receita operacional líquida	(v)	30.700	8.089	38.789
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(9.110)	6.393	(2.717)
Resultado operacional bruto		21.590	14.482	36.072
Despesas e receitas operacionais				
Outras despesas e Receitas operacionais		(1.203)	-	(1.203)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		20.387	14.482	34.869
Despesas financeiras		(17.561)	-	(17.561)
Receitas financeiras		982	-	982
Resultado financeiro líquido		(16.579)	-	(16.579)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.808	14.482	18.290
Contribuição social		(437)	-	(437)
Imposto de renda		(868)	-	(868)
Contribuição social diferida	(ii)	(1.531)	4.270	2.739
Imposto de renda diferido	(ii)	(4.253)	15.030	10.777
Resultado líquido do exercício	(vii)	(3.281)	33.782	30.501

		31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
		Regulatório		Societário
Receita operacional líquida	(v)	26.095	8.133	34.228
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(10.045)	6.546	(3.499)
Resultado operacional bruto		16.050	14.679	30.729
Despesas e receitas operacionais				
Outras despesas e Receitas operacionais		(1.813)	-	(1.813)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		14.237	14.679	28.915
Despesas financeiras		(25.535)	-	(25.535)
Receitas financeiras		370	-	370
Resultado financeiro líquido		(25.165)	-	(25.165)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.927)	14.679	3.750
Contribuição social		(347)	-	(347)
Imposto de renda		(649)	-	(649)
Contribuição social diferida	(ii)	-	(115)	(115)
Imposto de renda diferido	(ii)	-	(213)	(213)
Resultado líquido do exercício	(vii)	(11.922)	14.348	2.426

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qualterá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

(iii) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório		
Patrimônio líquido societário	130.954	104.946
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(315.604)	(307.518)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	183.851	190.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (CPC 47)	10.089	29.389
Patrimônio líquido regulatório	9.290	17.064

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(vii) Lucro líquido (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido societário	30.501	2.426
Receita bruta (CPC 47)	(8.089)	(8.133)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(6.393)	(6.543)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	(19.300)	328
Lucro líquido (Prejuízo) regulatório	(3.281)	(11.922)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

**Responsável técnico pelas informações
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9